

PERSPECTIVAS

COMUNICAÇÃO & RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

7ª EDIÇÃO
DEZEMBRO/2021



COP26: AVALIAÇÃO E CENÁRIO 2022

Após duas semanas de intensas negociações, em 13 de novembro se encerrou em Glasgow (Reino Unido) a 26ª edição da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, ou COP26.

A despeito da hesitação das economias desenvolvidas em cumprir seu compromisso de investir US\$ 100 bilhões ao ano para a transição climática nas economias em desenvolvimento, é inegável que a 26ª edição do evento trouxe avanços históricos para a ação global contra a mudança do clima. Entre eles, a primeira vez que um acordo internacional desse porte faz referência ao fim da era dos combustíveis fósseis, sugerindo adoção de medidas para a redução do seu uso, bem como: novos acordos internacionais para redução das emissões de gases causadores de efeito estufa e para a eliminação do desmatamento; aumento de ambição das metas assumidas pelos países no âmbito do Acordo de Paris e, por fim, a aguardada regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, adiada desde que houve impasse nas negociações da COP25, em 2019, e que deve implementar um mercado global de créditos de carbono.

Nesta edição da Newsletter Perspectivas, trazemos alguns dos principais destaques da 26ª edição da Conferências das Partes sobre Mudanças Climáticas e os impactos e oportunidades colocados para o Brasil tendo em vista o ano eleitoral que se aproxima.

POR DENTRO DA COP26

A COP26 é a 26ª edição da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Promovida anualmente pela Convenção-Quadro da ONU para Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), a COP26 reuniu representantes do governo, setor privado e sociedade civil em Glasgow, na Escócia, entre os dias 31 de outubro e 13 de novembro.

Inicialmente prevista para ocorrer em 2020, a COP26 foi adiada devido à pandemia de Covid-19. A presidência desta edição foi exercida pelo Reino Unido, na figura do parlamentar britânico Alok Sharma.

Após a falta de consenso na COP25, realizada em 2019 em Madri, na Espanha, e que impediu avançar na regulamentação de um mercado global de carbono, previsto no Artigo 6 do Acordo de Paris, a COP26 começou com altas expectativas de avançar neste sentido. No sábado, dia 13 de novembro, as delegações enfim chegaram a um acordo sobre o texto final, trazendo este avanço histórico com o lançamento das bases deste futuro mercado, que configura instrumento fundamental no esforço de reduzir as emissões globais de gás carbônico.

O Brasil marcou presença nessa edição da COP com a maior delegação em número de participantes, com 479 membros, liderada pelo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, e composta por representantes de diversos ministérios, governos estaduais e municipais, parlamentares e representantes do setor privado e sociedade civil.

SOBRE O ACORDO DE PARIS

Firmado em 2015 durante a COP21 por 195 países, o Acordo de Paris reúne as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) de cada país, firmando seus respectivos compromissos para atingir as metas globais do Acordo: limitar o aumento da temperatura global em até 2°C, esforçando-se para não chegar a 1,5°C.

PRINCIPAIS AVANÇOS DA COP26

Um dos mais aguardados resultados da Conferência, o caderno de regras do Artigo 6 do Acordo de Paris foi concluído após seis anos de negociações. O Artigo 6 trata da regulação de um mercado global de carbono e tem como principais pontos acordados na COP26 os itens abaixo:

ARTIGO 6.2:

Trata do comércio entre os países. Foram definidos os critérios para a compra e venda de créditos de carbono e a transferência bilateral, adotando-se a regra de ajustes correspondentes aos compromissos climáticos dos países (NDCs), de forma a evitar a dupla contagem.

ARTIGO 6.4:

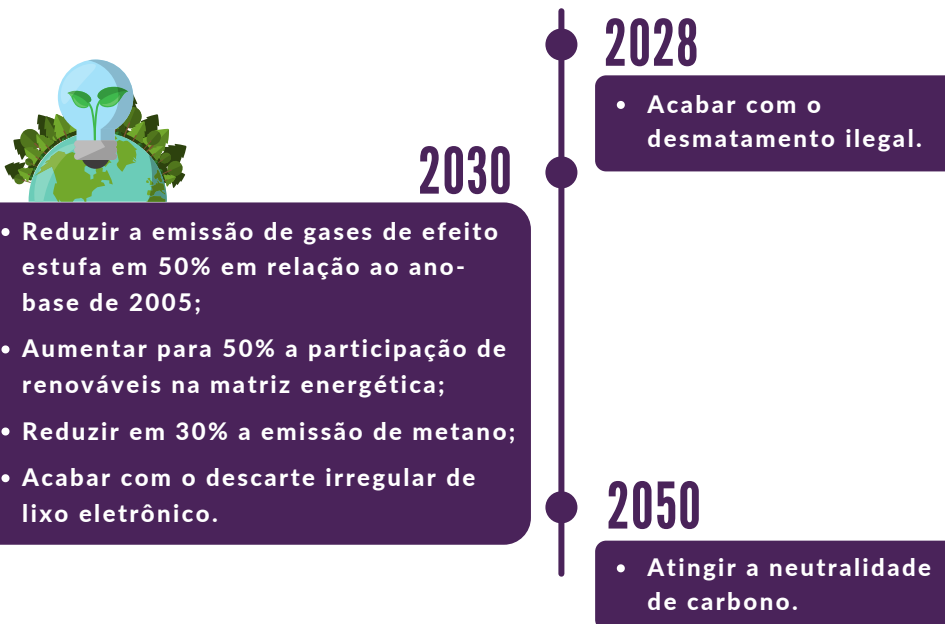
Define a sucessão ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criado pelo Protocolo de Kyoto. Estabeleceu-se que apenas os projetos datados depois de 2013 serão transportados para o novo sistema e, caso o país gerador dos créditos não tenha como fazer o ajuste correspondente, não será autorizado o uso para abatimento da NDC do país comprador, podendo ser utilizado de outra forma.

Além da regulamentação do Artigo 6, o texto final assinado na COP26 inclui pontos importantes, como:

- Redução progressiva do uso sem restrições do carvão e dos subsídios para os combustíveis fósseis;
- Renovação do compromisso dos países desenvolvidos com o financiamento de US\$ 100 bilhões por ano até 2025 nos países em desenvolvimento.

COMPROMISSOS E ACORDOS ASSUMIDOS PELO BRASIL NA COP26

Quando anunciou suas metas, em 2015, o Brasil tinha uma das NDCs mais ambiciosas dentre os países que fazem parte do Acordo de Paris. Desde então, e ao longo da COP26, o país anunciou atualização das suas metas e assumiu novos compromissos climáticos. Confira:



Sobre a atualização das metas brasileiras, comentou o presidente da COP26, Alok Sharma:

“É muito bom ver o Brasil confirmar emissão zero para 2050, um aumento de sua NDC em 50% e um reforço nas metas para lidar com desmatamento. Isso é um progresso real e vai ajudar a impulsionar as metas em direção a 1,5°C”.

- Alok Sharma, presidente da COP26.



PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE

Uma semana antes do início da COP26, em 25 de outubro, o governo federal lançou o Programa Nacional de Crescimento Verde (PNCV), iniciativa que irá oferecer financiamentos e subsídios para incentivar projetos e atividades econômicas sustentáveis, priorizar concessão de licenças ambientais e gerar “empregos verdes”.

O planejamento, a execução e o monitoramento de resultados do programa serão conduzidos pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Crescimento Verde (CIMV) e contarão com recursos nacionais e internacionais, públicos ou privados, reembolsáveis ou não e fundos de impacto e investimentos de risco, que contemplarão áreas de conservação e restauração florestal, saneamento, gestão de resíduos, agricultura, energia renovável, mobilidade urbana, entre outras.

COP26 O futuro verde está no Brasil



Foto: Ministério do Meio Ambiente/Flickr

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA COP26

Demonstrando seu comprometimento com a agenda climática, o Brasil foi o país com a maior delegação presente na COP26, superando o anfitrião do evento, o Reino Unido. Além disso, graças a uma parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o país dispôs de estrutura de transmissão online, que permitiu a participação de diversas outras lideranças que não puderam estar presencialmente.

Durante a Conferência, o Brasil assumiu vários compromissos em prol da transição para a economia de baixo carbono, realizou eventos em parceria com os principais setores da economia brasileira e assumiu protagonismo durante as negociações que permitiram a regulamentação do Artigo 6. Em declaração após o fim do evento, o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, reforçou que essa COP mostrou o resultado da liderança do país, dado que o acordo final foi resultado de uma articulação entre Brasil e Japão que permitiu transferir as divergências técnicas para uma instância que deverá decidir os critérios para cada caso.

Ao longo das duas semanas da COP, o Brasil assumiu novos compromissos e renovou suas metas do Acordo de Paris. Logo no segundo dia, 01/11, anunciou sua meta de zerar o desmatamento ilegal até 2028, comprometeu-se com a neutralidade de carbono até 2050 e com o aumento no corte de emissões para 50% até 2030. No dia 02/11, o país renovou a meta assumida no dia anterior, manifestando seu apoio à “Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso do Solo”, a qual visa a preservação das florestas e a redução do desmatamento e da degradação dos solos até 2030. O Brasil também assinou o “Compromisso Global de Metano”, comprometendo-se com a redução em 30% das emissões do gás causador de efeito estufa. Junto aos compromissos assumidos na Conferência, o presidente Jair Bolsonaro aprovou a resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de metas compulsórias e anuais para a redução das emissões de gases de efeito estufa no âmbito dos combustíveis, válida para os próximos dez anos como parte do RenovaBio. [Clique para saber mais sobre o RenovaBio e os mercados voluntários de carbono.](#)

Em seu discurso na Plenária da Conferência, o ministro Joaquim reforçou que “o Brasil é parte da solução para superar o desafio global de redução de emissões” e que “o futuro verde já começou” no país.

O DIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Na terça-feira (09/11), o Pavilhão Brasil apresentou o "Dia da Indústria Brasileira", tendo como objetivo mostrar o compromisso e a estratégia de transição para uma economia de baixo carbono da indústria nacional, a partir da apresentação de cases de sucesso e da discussão sobre novas tecnologias para o avanço do setor na economia de baixo carbono.

A abertura do evento contou com a participação do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, do ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, do primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Marcelo Ramos (PL/AM) e do presidente do Congresso Nacional, Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

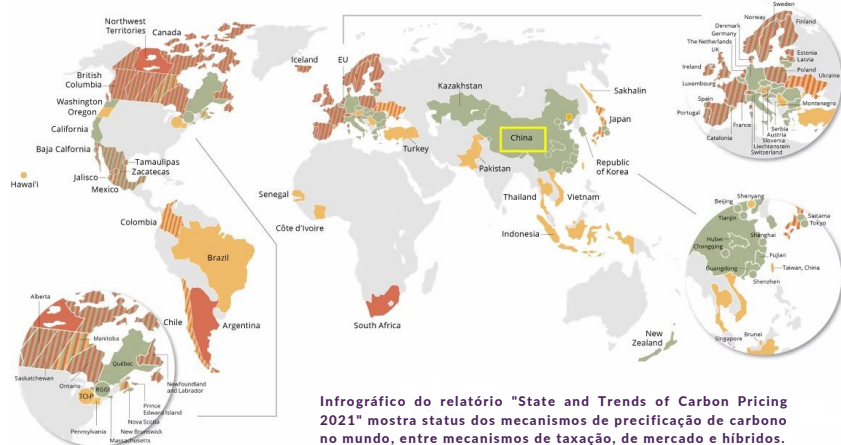
Braga pontuou que “a próxima década será crucial para o mundo e os compromissos da agenda do clima exigirão ações efetivas de conservação do meio ambiente e de expressivos investimentos em inovação e tecnologia, além de profundas mudanças nas atuais estruturas de produção e negócios”. Por sua vez, o ministro Joaquim Leite destacou que “a solução para uma economia neutra e sem emissões está no incentivo ao empreendedorismo e no juro verde”.

JURO VERDE

A expressão utilizada pelo ministro do Meio Ambiente ao longo da COP diz respeito à estratégia adotada pelo governo no fornecimento de incentivos à preservação ambiental.

PRECIFICAÇÃO DE CARBONO AVANÇA NO MUNDO MESMO EM MEIO À PANDEMIA

Segundo o relatório "State and Trends of Carbon Pricing 2021", publicado pelo Banco Mundial em maio deste ano, há 64 mecanismos de precificação de carbono implementados ou em processo de implementação no mundo. Em 2020, mesmo em meio à pandemia de Covid-19, houve um aumento de 10% na concessão e regulamentação dos projetos e os mecanismos de crédito independentes cresceram 30%.



O relatório também indica que 97 países, responsáveis por 58% das emissões globais, mencionam a aplicação de mecanismos de precificação de carbono em suas metas no Acordo de Paris (NDCs) e quase metade das 500 maiores empresas do mundo usa ou tem a intenção de usar uma precificação interna durante os próximos dois anos.

Com a regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, a expectativa é de que esta realidade se acelere ainda mais com o avanço das condições para estabelecer um mercado global de carbono.

Confira o relatório [aqui](#).

MERCADO DE CARBONO NO BRASIL

RENOVABIO

Embora seja específico do setor de biocombustíveis, o Brasil já tem um mercado de carbono operando desde 2017, inclusive com créditos de carbono comercializados na bolsa de São Paulo (B3): o RenovaBio.

Segundo relatório do Ministério de Minas e Energia, apenas em 2020 foram emitidos 18.508.636 CBIOs, ou Créditos de Descarbonização, e foram negociados na B3 14.896.273 desses créditos a um preço médio de R\$ 43,66 por CBIO, o que gerou um volume financeiro de mais de R\$ 650 milhões.

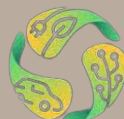
Para dar a devida dimensão, cada unidade de CBIO equivale a 1 tonelada de CO2 que deixa de ser emitida na atmosfera.

INICIATIVAS LEGISLATIVAS

No Congresso Nacional, tramitam importantes iniciativas do Legislativo no sentido de implementar um mercado de carbono nacional. Um dos projetos que mais tem recebido destaque recentemente nesse sentido é o PL 528/2021, de autoria do primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados, o Dep. Marcelo Ramos.

Quer saber mais sobre como é o mercado de carbono e o que esperar dele? [Confira neste episódio de "Ao Ponto"](#), podcast do jornal O Globo, com a participação de Marina Mattar, CEO e fundadora da Perspectivas. Também disponível no [Spotify](#).

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE BAIXO CARBONO



Lançado em 27/10, o movimento Mobilidade Sustentável de Baixo Carbono (MSBC) é uma iniciativa que reúne a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS), a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), a Sociedade de Engenharia Automotiva (SAE BRASIL) e representantes da academia com o objetivo de promover a cooperação multidisciplinar sobre os temas relacionados à descarbonização da mobilidade, contribuindo para as discussões sobre políticas públicas que envolvam tecnologias de baixo carbono, em especial o Programa Combustível do Futuro.

O MSBC tem como pauta de trabalho até 2022 a evolução para a introdução rápida de soluções e consolidação de tecnologias de baixo carbono, a introdução da avaliação do poço-à-roda nas políticas públicas, a definição estratégica pela mobilidade sustentável com energias limpas no Programa Combustível do Futuro, entre outros. Os membros da iniciativa se reuniram em 24 de novembro para assinar o Protocolo de Intenções da iniciativa.

PERSPECTIVAS PARA 2022



A COP26 mostrou ao mundo o protagonismo e esforço do setor privado em torno da agenda da economia de baixo carbono, demonstrando que esse é um caminho sem volta para as empresas. Com o impacto cada vez maior na economia, na sociedade e nas relações internacionais, a economia

de baixo carbono será um dos temas centrais em 2022. O país precisa crescer e, para crescer, precisa ser com uma agenda sustentável, que considere os três pilares da sustentabilidade: ambiental, econômico e social.

A COP26 não deve ser vista como limitadora da economia, mas sim como um mapa de oportunidades, especialmente para o nosso país, que tem vocação natural para a economia de baixo carbono. Com planejamento, o Brasil tem a capacidade de ser um dos grandes líderes nesse cenário. Além de uma matriz elétrica renovável e uma agricultura de baixo carbono, o país conta com biocombustíveis em larga escala, que tornam o transporte no país potencialmente mais limpo que os carros elétricos em países que dependem de usinas movidas a combustíveis fósseis. O país tem ainda o potencial para liderar a produção de hidrogênio verde, um dos combustíveis do futuro.

O governo tem trazido avanços nesse sentido por meio de programas como o Combustível do Futuro e o de Crescimento Verde e as eleições do próximo ano serão fundamentais para determinar o avanço do país. Com um bom planejamento, o Brasil pode transformar a sua vantagem competitiva em soluções inovadoras de baixo carbono para o mundo, atraindo investimentos em tecnologia, gerando empregos de qualidade, exportando créditos de carbono e agregando valor a suas matérias-primas. Por isso, reforço: para o Brasil, a economia de baixo carbono não é um desafio, mas sim uma grande oportunidade para transformar a vida dos brasileiros.

- Marina Mattar, CEO e fundadora da Perspectivas

CONFIRA FALAS DE

AUTORIDADES DURANTE A COP26

"O Brasil é parte da solução para superar esse desafio global de redução de emissões (...) É necessário transformar a agenda ambiental em oportunidade de crescimento econômico e geração de emprego verde (...) O futuro verde já começou no Brasil".



- Joaquim Leite, ministro do Meio Ambiente do Brasil

"O Brasil é um país privilegiado pela diversidade que tem, pela abundância que tem, e também por saber utilizar essas fontes. Daí a nossa matriz ser uma das mais limpas do mundo e também sermos referência para as Nações Unidas e outros países nas nossas políticas públicas para esses setores".



- Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia do Brasil

"Além de um discurso de responsabilidade ambiental, hoje [esse] é um discurso inserido no capitalismo, [que] se ocupa desses temas (...) e busca soluções para [a sustentabilidade] para proteger também a economia nacional."



- Rodrigo Pacheco (PSD/MG), presidente do Senado Federal

"Regular o mercado de carbono no Brasil simboliza compromisso com o equilíbrio climático do planeta e pode gerar uma grande oportunidade de negócio para muitos setores da economia brasileira"



- Marcelo Ramos (PL/AM), primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados

SOBRE A PERSPECTIVAS

A Perspectivas é uma consultoria de Comunicação e Relações Institucionais especializada em estratégia de advocacy e comunicação com base nos pilares do diálogo, da ética e da transparência e com foco nos princípios de ESG (Environment, Social & Governance), em especial em Economia de Baixo Carbono, e gestão de frentes parlamentares.

Acesse as edições anteriores de nossa newsletter, em português e inglês, em: www.perspectivasbr.com/newsletter

Contato: perspectivas@perspectivasbr.com